



RELATÓRIO ANUAL
2017

ÍNDICE

3

MENSAGEM DA DIRETORIA

4

INVESTIMENTOS

11

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2018

15

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

20

NOTAS EXPLICATIVAS

47

PARECERES

Expediente

Relatório Anual 2017

Publicação Anual da Previp

Sociedade de Previdência
Complementar, destinada
a todos os participantes
do Plano Previp.

Rod. SP 340 Km 171

Caixa Postal 10

CEP: 13.845-901

Mogi Guaçu - SP / Brasil

Projeto Gráfico e Diagramação:

Nezz Design & Publicidade

Coordenação:

Ana Tasca

Rita Lucas

Claudinei Oliveira



MENSAGEM DA DIRETORIA

Caro Participante,

Apresentamos o **Relatório Anual 2017 da PrevIP**, onde demonstramos de forma transparente, todas as informações necessárias sobre o seu **Plano**.

O **Relatório** resume o posicionamento da **PrevIP** no mercado de previdência complementar, além de abordar as estratégias executadas no ano, explicar as mais relevantes decisões de investimentos e trazer um panorama geral da situação do Plano em 2017.

Os esforços em prol de uma gestão mais eficiente e eficaz também são abordados, com a busca permanente pela sustentabilidade financeira. Além disso, repassamos os avanços na sua governança, com ênfase no papel da **Entidade** como indutora das melhores práticas de integridade, ética e transparência.

Passamos mais um ano juntos, colocando em prática o seu planejamento financeiro para o futuro e acumulando, mês a mês, a possibilidade de conquistar independência financeira e realizar seus projetos de vida na aposentadoria, desde a administração do plano, gestão e proteção do seu patrimônio, até o esclarecimento das suas dúvidas.

Todo trabalho da **PrevIP**, só possui valor quando você atinge o objetivo de viver bem e ter uma aposentadoria tranquila no futuro.

Em caso de dúvidas, consulte a Entidade por meio dos canais de comunicação disponibilizados a você. Teremos o maior prazer em atendê-lo.

Um grande abraço e boa leitura!

Diretoria Executiva

INVESTIMENTOS

Cenário Econômico

O ano de 2017 ficou marcado pela melhora nas condições financeiras globais. A sincronização do crescimento econômico robusto entre as principais economias desenvolvidas, bem como o desempenho satisfatório e sem surpresas da economia chinesa, foram imprescindíveis para a performance positiva dos ativos financeiros, tanto nos mercados desenvolvidos, como nos emergentes. Por outro lado, e não menos importante, a elevação da inflação global tem se dado de maneira lenta, permitindo que o processo de normalização dos juros ocorra de forma moderada nas economias desenvolvidas. Nesse caso, vale destacar o caso norte-americano, no qual a recuperação da economia e o aquecimento do mercado de trabalho, ainda não foram suficientes para pressionar a inflação, implicando em uma reação mais cautelosa do FED em relação à outros ciclos de alta de juros. No atual ciclo de aperto monetário, as três elevações de juros realizadas pelo FED em 2017 não impactaram substancialmente o desempenho dos ativos financeiros globais. Entre as moedas, o dólar se manteve em patamar depreciado, contribuindo para a performance positiva das *commodities*. A combinação de crescimento econômico forte com inflação baixa, por sua vez, manteve as curvas de juros bem comportadas, assim como as bolsas em tendência de valorização.

Em meio ao cenário global benigno, o Brasil realizou avanços importantes. Além da mobilização em torno da necessidade de realização da Reforma da Previdência, o processo de restauração da confiança na condução da política fiscal contou com a continuidade do ajuste das contas públicas, com queda de 10,7% das despesas discricionárias até novembro. O aumento de 7,4% nas despesas obrigatórias (INSS e benefícios) no mesmo período, por sua vez, revelou a necessidade de persistir na execução de reformas estruturais. Do ponto de vista da política monetária, a



reformulação da taxa de juros de longo prazo (TLP) para algo mais condizente com as taxas de mercado, foi uma mudança estrutural importante. No que tange ao curto prazo, a conjuntura de uma economia que ainda inicia sua saída do ciclo de recessão, juntamente com um contexto extremamente favorável da inflação de alimentos, levaram a inflação para patamares mínimos na história.

A respeito da atividade econômica, após dois anos de recessão, a economia brasileira volta a registrar crescimento no ano. A melhora no ambiente de negócios e das condições financeiras exerceram papel fundamental nessa recuperação. Em virtude dessa retomada da atividade, o mercado de trabalho também deu sinais de recuperação.

Esse ciclo de recuperação da atividade com política monetária em território expansionista, deve ser mantido em 2018. O alívio no balanço das famílias e empresas decorrente do ciclo de corte de juros em curso, fortalecerá o quadro de consumo e investimento, se tornando um dos principais propulsores do PIB.

A Previp estará sempre atenta aos movimentos da economia e disposta a buscar a melhor alternativa para seus investimentos em busca da melhor relação risco-retorno, visando atingir seus objetivos de longo prazo.

Rentabilidades

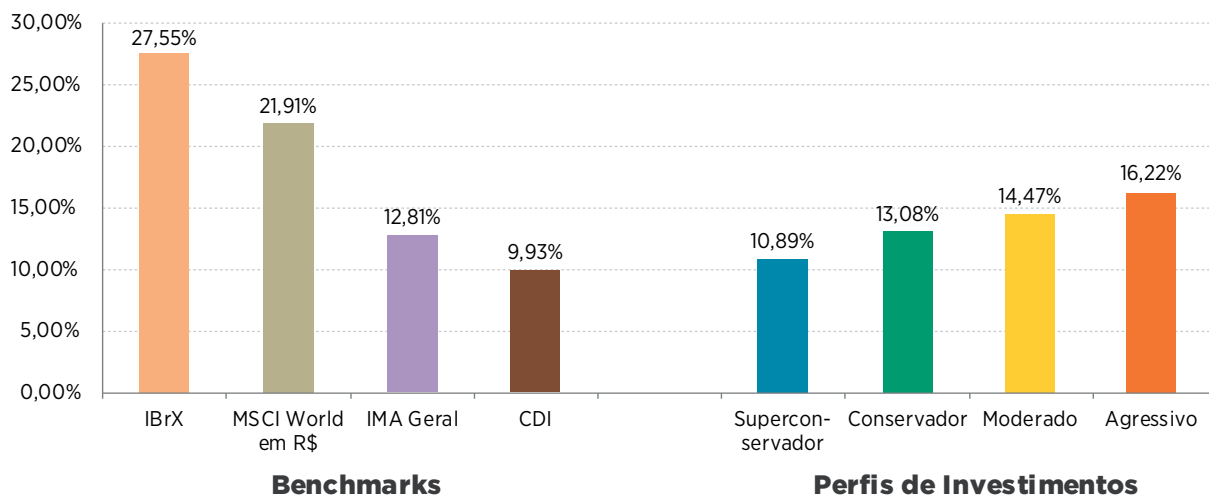
O ano de 2017 teve um movimento importante para renda fixa, que foi a queda da taxa Selic, que começou o ano em 13,75% e terminou no menor patamar da história, em 7%, beneficiando principalmente os títulos de longo prazo indexados à inflação, trazendo um cenário muito positivo para o segmento de renda fixa, principalmente para o benchmark IMA.

Destacamos também, a excelente performance da carteira de empréstimos, que em 2017 mostrou uma alavancagem na rentabilidade em comparação com os anos anteriores, devido a adesão dos profissionais do negócio de Embalagens ao Plano PrevIP e que solicitaram empréstimos após 1 ano de vínculo ao plano.

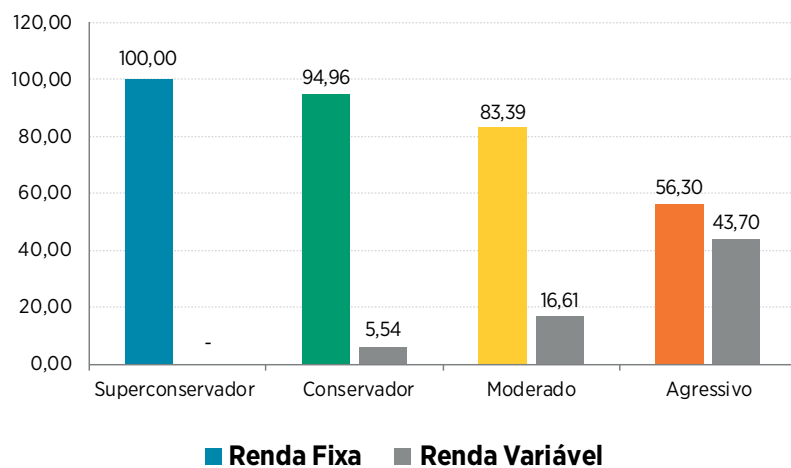
O segmento de renda variável, registrou um cenário positivo, que em parte é explicado pela recuperação dos indicadores econômicos: tanto a inflação, quanto a taxa básica de juros em queda. Além disso, o cenário político no Brasil (Impeachment) e possibilidade da Reforma da Previdência, também favoreceu e aumentou a confiança no país. Com cenário internacional favorável, os fundos que investem em países emergentes, diversificaram riscos e migraram para o Brasil, impactando positivamente a Bolsa de Valores.

Em 2017 houve também o crescimento para ativos globais e a PrevIP conseguiu aproveitar esse movimento diversificando seus investimentos no exterior. A performance positiva das bolsas, principalmente na Europa e USA, favoreceu e impactou positivamente o resultado nesse segmento.

A seguir, você pode analisar o impacto nas rentabilidades dos perfis de investimento da Previp no ano de 2017, em comparação com alguns índices de mercado.



Alocação por Segmento

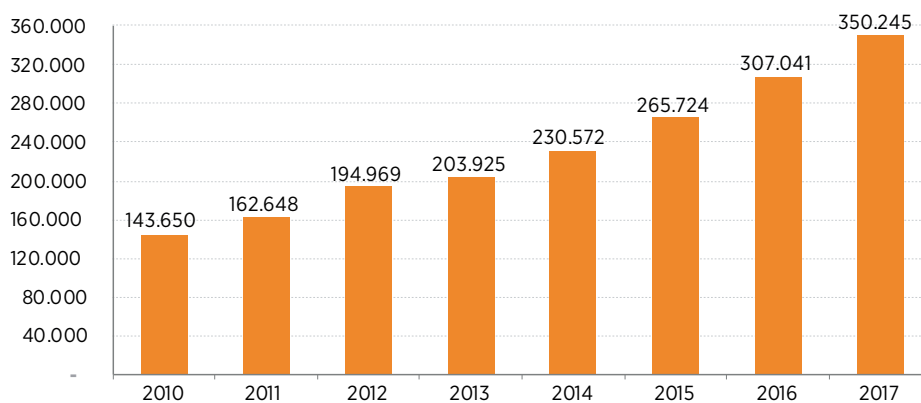


Política de Investimentos

Perfis	Renda Fixa	Renda Variável
Superconservador	100,00	-
Conservador	92,00 a 99,00	1,00 a 8,00
Moderado	77,00 a 93,00	7,00 a 23,00
Agressivo	50,00 a 70,00	30,00 a 50,00

Patrimônio Total do Plano

(Em R\$ mil)



Alocação dos Ativos

Carteira Ativa				
Segmento	Dezembro/2017		Dezembro/2016	
	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)
Renda Fixa	226.845.204,15	89,49%	194.447.326,90	76,71%
Renda Variável	11.810.893,48	4,66%	7.148.625,77	2,82%
Empréstimos	14.837.488,43	5,85%	11.392.053,44	4,49%
Total	253.493.586,06	100,00%	212.988.006,11	100,00%

Carteira Imunizada				
Segmento	Dezembro/2017		Dezembro/2016	
	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)
Renda Fixa	96.752.271,74	100,00%	94.053.454,14	100,00%
Total	350.245.857,80		307.041.460,25	

Alocação por Gestor

Carteira Ativa		
Gestores	Valor (R\$)	(%)
Bradesco	118.630.009,82	46,80%
Western	120.026.087,81	47,35%
Gestão Própria	14.837.488,43	5,85%
Total	253.493.586,06	100,00%

Carteira Imunizada		
Gestor	Valor (R\$)	(%)
Bradesco	96.752.271,74	100,00%

Participação em Ativos

Fundos de Investimento		
Renda Fixa		
	CNPJ do Fundo	Valor Aplicado (R\$)
BRADESCO FI Multimercado Plus	01.606.552/0001-00	34.135.968,67
BRADESCO FI Renda Fixa Target	02.998.239/0001-28	52.559.198,82
BRADESCO FI Renda Fixa Referenciado DI Federal II	10.601.349/0001-32	989.458,19
BRADESCO FI Renda Fixa IMA Geral	11.016.883/0001-44	38.428.673,36
BRADESCO Institucional FI Renda Fixa IRF-M	18.085.876/0001-43	1.844.480,18
WESTERN Asset Inflation II RF FI	05.092.294/0001-42	926.668,86
WESTERN Asset Prev Fix Target RF FI	07.892.298/0001-30	8.437.233,69
WESTERN Asset Prev Fix FI Renda Fixa Credito Privado	07.894.727/0001-09	13.928.198,62
WESTERN Asset Prev Inflation Total RF FI	07.895.034/0001-30	8.788.155,38
WESTERN Asset Prev Inflation Limited RF FI	07.895.082/0001-29	753.211,98
WESTERN Asset Prev Inflation Plus RF FI	07.895.087/0001-51	1.078.344,89
WESTERN Asset Prev Invest RF Credito Privado FI	07.897.902/0001-11	1.093.492,45
WESTERN Asset Prev Inflação Implícita FI RF	09.087.314/0001-48	1.285.276,16
WESTERN Asset Prev Credit FI RF Credito	09.087.708/0001-04	44.348.315,26
WESTERN Asset Prev Str Cred FI RF Credito Privado	12.029.811/0001-02	2.505.948,29
WESTERN Asset Sovereign IV Selic REF FI	15.477.891/0001-49	28.790.464,21
WESTERN FI Renda Fixa Credito Privado	22.773.440/0001-14	495.047,20
WESTERN Asset FIC Multimercado	23.872.691/0001-19	209.290,63
WESTERN FI Renda Fixa Credito Privado	23.872.753/0001-92	102.195,14
WESTERN FI Renda Fixa Credito Privado	23.872.928/0001-61	187.225,64
WESTERN FI Renda Fixa Credito Privado	23.872.937/0001-52	392.455,43
WESTERN FI Renda Fixa Credito Privado	26.370.009/0001-88	198.529,53
WESTERN FI Renda Fixa Credito Privado	26.370.039/0001-94	458.993,14
Total		241.936.825,72
Renda Variável		
	CNPJ do Fundo	Valor Aplicado (R\$)
BRADESCO Fundo De Investimentos em Ações Dividendos	06.916.384/0001-73	736.061,76
BRADESCO FIC Ações Institucional IBRX Alpha	14.099.976/0001-78	2.717.282,15
BRADESCO Institucional FIA BDR Nivel I	21.321.454/0001-34	2.095.413,41
BRADESCO Global FIA IE	18.085.924/0001-01	215.095,21
WESTERN Asset Prev IBRX Ativo Acoes FI	05.092.264/0001-36	4.528.578,89
WESTERN Asset FI Ações BDR Nivel I	19.831.126/0001-36	1.518.462,06
Total		11.810.893,48
Total Fundos de Investimentos		253.747.719,20
Total Títulos Públicos		81.660.650,17
Total Geral		335.408.369,37

Auditoria de Gestão

Nome	CNPJ	Responsável
KPMG Auditores Independentes	57.755.217/0001-29	Zenko Nakassato

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Nome	Telefone	E-mail
Leandro da Silva Leme	(19) 3861.8809	leandro.leme@ipaper.com

Custos com a Administração do Plano

Investimentos	Previdencial	Auditoria	Despesas Gerais	Tributos	Total
850.669,63	950.025,48	51.500,00	38.053,04	133.121,62	2.023.369,77



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2018

Faixa de Alocação entre os Segmentos da Aplicação

Segmentos de Aplicação	Superconservador		Conservador		Moderado		Agressivo	
	Lim. Min. (%)	Lim. Max. (%)	Lim. Min. (%)	Lim. Max. (%)	Lim. Min. (%)	Lim. Max. (%)	Lim. Min. (%)	Lim. Max. (%)
Renda Fixa (A)	100	100	77	99	77	93	50	70
Inv. Estruturados - Brasil (B)	-	-	0	10	0	15	0	15
Inv. Estruturados - Exterior (C)	-	-	0	2	0	8	0	10
(A) + (B) + (C)	100	100	77	99	77	93	50	70
Renda Variável - Brasil (D)	-	-	1	8	6	22	25	45
Renda Variável - Exterior (E)	-	-	0	3	1	8	5	12
(D) + (E)	-	-	1	8	7	23	30	50
Empréstimos	-	-	0	15	-	-	-	-

Considerações

Os recursos de cada participante serão alocados em apenas um dos perfis de investimentos disponibilizados.

A alocação no segmento de Investimentos Estruturados, para os perfis onde é permitida, deverá ser considerada em conjunto com os limites informados para o segmento de Renda Fixa, sendo que a alocação combinada dos segmentos Renda Fixa e Investimentos Estruturados, não poderá exceder o limite máximo especificado para Renda Fixa.

A alocação no segmento de Investimento no Exterior, para os perfis onde é permitida, deverá ser considerada em conjunto com os limites informados para o segmento de Renda Variável, sendo que a alocação combinada dos segmentos Renda Variável e Investimentos no Exterior não poderá exceder o limite máximo especificado para Renda Variável.

Objetivos e Diretrizes da Gestão

Carteira Segregada

A carteira de investimento dos profissionais inativos que possuem benefícios concedidos e a conceder na forma de renda vitalícia, estão alocados em uma carteira dedicada a gestão do casamento do fluxo de caixa do pagamento dos benefícios projetados.

Para a definição da estratégia de gestão, foi realizado um estudo de imunização da carteira, no qual foi definida uma carteira de renda fixa indexada, que se comporte de forma semelhante aos passivos relacionados aos benefícios de renda vitalícia. Os títulos componentes dessa carteira poderão ser classificados como mantidos até o vencimento e, dessa forma, marcados na curva do papel.

Para o longo prazo foi estabelecida como meta a taxa mínima atuarial (INPC + 5,12% a.a.). A PrevIP acompanhará o desempenho dos investimentos do plano e poderá realizar estudos de otimização de carteiras visando à obtenção das metas de longo prazo.

Carteira Ativa

As metas gerenciais estabelecidas foram a taxa mínima atuarial para o longo prazo e os *benchmarks* de cada segmento no curto prazo. O risco da carteira de **Renda Fixa** será medido pelo *benchmark* VaR, considerando o período de 21 dias úteis e intervalo de confiança de 95%. O nível máximo aceitável é de 1%, sendo que o *benchmark* definido para o **Perfil Superconservador** será o **CDI**, para o **Perfil Conservador** será **50% IMA-G + 50% IMA-S**, para o **Perfil Moderado** foi definido **70% IMA-G + 30% IMA-S** enquanto para o **Perfil Agressivo** foi definido **100% IMA-G** (IMA Geral - índice composto por carteiras teóricas de títulos públicos e federais, separadas de acordo com seus indexadores e prazos, de maneira a atender às necessidades de diversos tipos de investidores). Este índice é composto por títulos de longo prazo, por isso é indicado para alocação dos investimentos destinados aos fundos de pensão.

Para **Investimentos Estruturados**, o *benchmark* definido foi o **CDI**. A volatilidade do segmento, entendida como desvio-padrão, calculada com base na rentabilidade dos últimos 252 dias úteis, não poderá exceder 3,0% ao dia.

Para **Renda Variável** que compõe os **Perfis Conservador, Moderado e Agressivo**, o limite de risco definido foi um *benchmark* VaR de 5% em relação ao *benchmark*, em um período de 21 dias úteis com um nível de confiança de 95%, sendo o *benchmark* **IBrX**.

Para **Investimentos no Exterior** que compõem os **Perfis Conservador, Moderado e Agressivo**, aceita-se um Tracking Error de 2,0% ao dia em relação ao *benchmark*, calculado com base nas rentabilidades diárias dos últimos 252 dias úteis, sendo o *benchmark* **MSCI WORLD INDEX em Reais** (MSCI World Index: índice de referência que contempla 23 países de mercados desenvolvidos. Ele é mantido pela MSCI Inc., anteriormente Morgan Stanley Capital International, e é usado como um ponto de referência comum para fundos globais).

Para os **Empréstimos** que compõe o Perfil Conservador, o *benchmark* é o **CDI**.



Critérios de Contratação dos Administradores dos Investimentos

A gestão dos recursos é totalmente terceirizada. A decisão de terceirizar toda a gestão foi tomada em função do alto grau de especialização das instituições financeiras do mercado, resultando em maior possibilidade de obtenção de retornos adequados dos investimentos.

A escolha das instituições financeiras para a administração dos recursos do plano é feita com base em parâmetros quantitativos e qualitativos. Na escolha dos gestores das carteiras são considerados os seguintes fatores:

- Experiência em administração de recursos de fundos de pensão no Brasil;
- Qualificação e experiência dos profissionais responsáveis pelos serviços;
- Estrutura organizacional e processos de gestão;
- Recursos de pesquisa (“research”);
- Sistemas de comitês e processos de decisão;
- Regras estabelecidas e seguidas pelo gestor, no sentido de que a legislação, os contratos, e as normas e procedimentos definidos pelas autoridades (Banco Central e CVM) e por outros participantes (Bolsas e Centrais de Liquidação) sejam rigorosamente cumpridas (“compliance”);
- Resultados históricos em termos de Retornos/Riscos (“track record”);
- Qualidade dos serviços de relatórios ao cliente, incluindo a presteza no envio de informações periódicas;
- Qualidade dos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários;
- Custos envolvidos nos serviços, incluindo taxas de administração, corretagem e outros;
- Classificação da unidade administradora de recursos (“rating”);
- Credenciamento, perante a Comissão de Valores Mobiliários e o Banco Central do Brasil, como administrador de recursos de investidores institucionais.

A política entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, podendo ser revista a qualquer momento pela PrevIP dentro das regras estabelecidas pelo Estatuto da Sociedade, e comunicada por escrito às Instituições Financeiras administradoras dos recursos da entidade e os participantes do Plano.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial Consolidado (R\$ MIL)

Apresenta a posição financeira e patrimonial da Entidade em determinada data

Ativo	31/12/2017	31/12/2016	Notas Explicativas
Disponível	23	2080	4
Realizável	350.307	307.087	
Gestão Previdencial	30	36	5
Gestão Administrativa	31	10	6
Investimentos	350.246	307.041	7
Títulos Públicos	81.661	80.335	
Fundos de Investimento	253.748	215.314	
Empréstimos e Financiamentos	14.837	11.392	
Total do Ativo	350.330	309.167	

Passivo	31/12/2017	31/12/2016	Notas Explicativas
Exigível Operacional	224	201	
Gestão Previdencial	33	-	8
Gestão Administrativa	191	201	9
Patrimônio Social	350.106	308.966	
Patrimônio de Cobertura do Plano	348.937	308.224	
Provisões Matemáticas	333.963	292.290	10
Benefícios Concedidos	109.264	97.548	
Benefícios a Conceder	224.699	194.742	
Equilíbrio Técnico	14.974	15.934	11
Resultados Realizados	14.974	15.934	
Superávit Técnico Acumulado	14.974	15.934	
Fundos	1.169	742	
Fundos Previdenciais	565	268	12
Fundos Administrativos	604	474	13
Total do Passivo	350.330	309.167	

Demonstração da Muta  o do Patrimonial Social (R\$ MIL)

Apresenta as mudanças ocorridas no Patrimônio Social da Entidade, em um certo intervalo de tempo.

Descri��o	31/12/2017	31/12/2016	Varia��o (%)
A) Patrimônio Social - In��cio do Exercício	308.966	265.611	16,32%
1. Adi��es	57.464	59.706	(3,76%)
(+) Contribui��es Previdenciais	20.055	16.393	22,34%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	35.256	41.311	(14,66%)
(+) Receitas Administrativas	2.085	1.952	6,81%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	68	50	36,00%
2. Destina��es	(16.324)	(16.351)	(0,17%)
(-) Benefícios	(14.301)	(14.578)	(1,90%)
(-) Despesas Administrativas	(2.023)	(1.773)	14,10%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	41.140	43.355	(5,11%)
(+/-) Provisões Matemáticas	41.673	41.302	0,90%
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(960)	1.838	(152,23%)
(+/-) Fundos Previdenciais	297	(14)	(2.221,43%)
(+/-) Fundos Administrativos	130	229	(43,23%)
4. Opera��es Transitórias	-	-	0,00%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3+4)	350.106	308.966	13,32%

Demonstr  o da Muta  o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (R\$ MIL)

Apresenta as mudanças ocorridas no Patrimônio Líquido da Entidade, em um certo intervalo de tempo

Descri��o	31/12/2017	31/12/2016	Varia��o (%)
A) Ativo Líquido - In��cio do Exercício	308.492	265.366	16,25%
1. Adi��es	56.666	58.986	(3,93%)
(+) Contribui��es	21.410	17.675	21,13%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	35.256	41.311	(14,66%)
2. Destina��es	(15.656)	(15.860)	(1,29%)
(-) Benefícios	(14.301)	(14.578)	(1,90%)
(-) Custeio Administrativo	(1.355)	(1.282)	5,69%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	41.010	43.126	(4,91%)
(+/-) Provisões Matemáticas	41.673	41.302	0,90%
(+/-) Fundos Previdenciais	297	(14)	(2.221,43%)
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(960)	1.838	(152,23%)
4. Opera��es Transitórias	-	-	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	349.502	308.492	13,29%
C) Fundos não Previdenciais	130	229	(43,23%)
(+/-) Fundos Administrativos	130	229	(43,23%)

Demonstração do Ativo Líquido (R\$ MIL)

Apresenta a parcela do Ativo destinada à cobertura dos benefícios do Plano

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
1. Ativos	350.144	309.078	13,29%
Disponível	23	2.073	(98,89%)
Recebível	639	517	23,60%
Investimento	349.482	306.488	14,03%
Títulos Públicos	81.661	80.335	1,65%
Fundos de Investimento	252.984	214.761	17,80%
Empréstimos e Financiamentos	14.837	11.392	30,24%
2. Obrigações	38	112	(66,07%)
Operacional	38	112	(66,07%)
3. Fundos não Previdenciais	604	474	27,43%
Fundos Administrativos	604	474	27,43%
4. Resultados a Realizar	-	-	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	349.502	308.492	13,29%
Provisões Matemáticas	333.963	292.290	13,22%
Superávit/Déficit Técnico	14.974	15.934	12,96%
Fundos Previdenciais	565	268	110,82%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	17.677	18.770	10,29%
a) Equilíbrio Técnico	14.974	15.934	12,96%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	2.703	2.836	(4,69%)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	17.677	18.770	10,29%





Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (R\$ MIL)

Registra as atividades referentes à Gestão Administrativa da Entidade

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	474	245	93,47%
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.153	2.002	7,54%
1.1 Receitas	2.153	2.002	7,54%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.355	1.282	5,69%
Custeio Administrativo dos Investimentos	730	669	9,12%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	68	50	36,00%
Outras Receitas	-	1	(100,00%)
2. Despesas Administrativas	2.023	1.773	14,10%
2.1 Administração Previdencial	1.135	1.024	10,84%
Treinamentos/Congressos e Seminários	21	1	2.000,00%
Serviços de Terceiros	980	895	9,50%
Despesas Gerais	38	43	(11,63%)
Tributos	96	85	12,94%
2.2 Administração dos Investimentos	888	748	18,72%
Serviços de Terceiros	847	712	18,96%
Despesas Gerais	4	4	0,00%
Tributos	37	32	15,63%
2.3 Outras Despesas	-	1	(100,00%)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	0,00%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	0,00%
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	0,00%
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	130	229	(43,23%)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	130	229	(43,23%)
8. Operações Transitórias	-	-	0,00%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	604	474	27,43%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (R\$ MIL)

Representam a totalidade dos compromissos do plano de benefício previdencial

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	349.540	308.604	13,26%
1. Provisões Matemáticas	333.963	292.290	14,26%
1.1 Benefícios Concedidos	109.264	97.548	12,01%
Contribuição Definida	37.779	28.810	31,13%
Benefício Definido	71.485	68.738	4,00%
1.2 Benefício a Conceder	224.699	194.742	15,38%
Contribuição Definida	214.413	185.360	15,67%
Saldo de Contas - Parcela Patronizador(es)/Instituidor(es)	94.038	81.976	14,71%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	120.375	103.384	16,43%
Benefícios Definido	10.286	9.382	9,64%
2. Equilíbrio Técnico	14.974	15.934	(6,02%)
2.1 Resultados Realizados	14.974	15.934	(6,02%)
Superávit Técnico Acumulado	14.974	15.934	(6,02%)
Reserva de Contingência	14.974	15.934	(6,02%)
Reserva para Revisão de Plano	-	-	0,00%
3. Fundos	565	268	110,82%
3.1 Fundos Previdenciais	565	268	110,82%
4. Exigível Operacional	38	112	(66,07%)
4.1 Gestão Previdencial	38	6	533,33%
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	-	106	(100,00%)
5. Exigível Contingencial	-	-	0,00%



NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Operacional

A PrevIP - Sociedade de Previdência Complementar é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

O funcionamento da Entidade foi autorizado pela Portaria nº 1.859 do Ministério da Previdência Social - MPS por prazo indeterminado em 24 de fevereiro de 1995.

O objetivo da Entidade é instituir e administrar planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social aos empregados das patrocinadoras ou a seus beneficiários, na forma da legislação vigente e nos termos do Regulamento do Plano PrevIP, sendo patrocinada pelas seguintes empresas:

- International Paper do Brasil Ltda;
- International Paper - Comércio de Papel e Participações Arapoti Ltda;
- International Paper Agroflorestal Ltda;
- International Paper Exportadora Ltda;
- International Paper Embalagens da Amazônia Ltda.

A PrevIP administra 01 (um) plano de benefício previdencial:

Plano(s) de Benefícios	CNPB	Modalidade
Plano PrevIP	1995.0014-65	Contribuição Variável



A PrevIP possuía em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 as seguintes quantidades de participantes:

	2017	2016
Ativos	4.102	3.892
Assistidos	203	181
Autopatrocinados	37	38
Benefício Proporcional Diferido	97	130
Total	4.439	4.241

A população da Entidade apresentava as seguintes faixas de idades segregadas por Sexo/Idade em 31 de dezembro de 2017:

Descrição	Quantidade					
	Participantes		Assistidos Aposentados		Assistidos Beneficiários de Pensão	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Até 24 anos	56	210	-	-	-	-
De 25 a 34 anos	295	1.172	-	-	-	-
De 35 a 54 anos	291	1.992	-	-	1	-
De 55 a 64 anos	8	199	-	109	2	-
De 65 a 74 anos	1	11	17	61	6	-
De 75 a 84 anos	-	1	-	6	1	-
Mais de 85 anos	-	-	-	-	-	-
Total 2017	651	3.585	17	176	10	-
Total 2016	634	3.426	10	163	8	-

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da PreviP foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, preparadas considerando o pressuposto de continuidade operacional da Entidade e ou dos planos de benefícios aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pronunciamentos contábeis. São observadas as seguintes normas:

- Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 (alterada em alguns itens pelas Resoluções CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, e nº 20, de 18 de junho de 2015);
- Instrução da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) nº 34, de 24 de setembro de 2009 (alterada pelas Instruções MPS/Previc nº 5, de 08 de setembro de 2011, nº 6, de 13 de novembro de 2013, nº 15, de 12 de novembro de 2014, nº 21, de 23 de março de 2015, nº 25, de 17 de dezembro de 2015 e nº 9 de 20 de junho de 2017);
- Instrução PREVIC nº 1, de 22 de março de 2011;
- Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos e resultado proporcionem informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial – quando aplicável – e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade, conforme segue:

- **Gestão Previdencial:** atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos de benefício proporcional diferido, portabilidade, resgate e autopatrocínio, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;
- **Gestão Administrativa:** atividade de registro e de controle inerentes à administração dos Planos de Benefícios;
- **Investimentos:** registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativo – PGA.

Conforme Resolução vigente, as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- **Balanço Patrimonial – BP:** apresenta de forma consolidada, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos;
- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS:** apresenta de forma consolidada, as movimentações ocorridas no Patrimônio Social dos planos da Entidade;
- **Demonstração do Ativo Líquido – DAL:** apresenta por plano de benefícios, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais dos planos da Entidade;
- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL:** apresenta por plano de benefícios, as mutações ocorridas no Ativo Líquido no exercício;

- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA: apresenta de forma consolidada e por plano de benefícios, o resultado da atividade administrativa da Entidade e as movimentações do fundo administrativo ocorridas no exercício;
- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT: apresenta por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas no final do exercício.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade estão resumidas a seguir:

a) Apuração do Resultado

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As contribuições dos participantes vinculados (autopatrocinados e/ou participantes em benefício proporcional diferido - BPD) são registradas pelo regime de caixa, por ocasião do recebimento conforme prazo previsto no regulamento do plano de benefícios.

b) Provisões Matemáticas

As estimativas das provisões matemáticas são calculadas por atuário contratado pela PrevIP e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício conforme as premissas apresentadas anualmente no parecer atuarial da Entidade e de acordo com o regulamento do respectivo plano de benefícios.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2017 e 2016, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis.

Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

d) Operações Administrativas

• Fundo administrativo

Em conformidade com a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

O patrimônio do PGA é constituído da seguinte forma:

- a)** Os recursos arrecadados para o custeio do PGA, oriundos das contribuições dos participantes e patrocinadores, serão creditados no Fundo Administrativo;
- b)** As despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, serão deduzidas do Fundo Administrativo;
- c)** A rentabilidade obtida pela aplicação dos recursos do Fundo Administrativo será creditada mensalmente ao Fundo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado do plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

• Fontes de Custeio das Despesas

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da PreviP, e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009 e alterações posteriores:

- Custeio Administrativo da Gestão Previdencial

Correspondem às entradas de contribuições administrativas das patrocinadoras, autopatrocínados e BDP's, conforme previsto no regulamento e no plano de custeio anual da Entidade.

- Custeio Administrativo de Investimentos

Correspondem à transferência mensal de parte dos recursos provenientes do resultado dos investimentos, conforme previsto no plano de custeio e orçamento anual da Entidade.

e) Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

f) Realizável

• Gestão Previdencial

O realizável previdencial é representado pelos recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocínados, observando-se o plano de custeio, a provisão de valores creditórios de liquidação duvidosa e depósitos judiciais/recursais da gestão previdencial.

- **Gestão Administrativa**

O realizável administrativo é representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa e os depósitos judiciais/recursais da gestão administrativa.

- **Fluxo dos Investimentos**

Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas dos investimentos são os seguintes:

- **Renda Fixa - Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos.**

Os investimentos em Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço.

Em atendimento à Resolução do CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

- **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor justo, com os ganhos e as perdas não realizadas reconhecidos no resultado do exercício.

- **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição, os quais a entidade mantém interesse e capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que são corrigidos pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos.

- **Fundos de Investimentos**

As aplicações em fundos de investimentos estão registradas pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas, o qual, para valorização, é dividido pela fração ideal denominada cota, registrada com a instituição administradora/ custodiante.

A valorização da aplicação é realizada diariamente, multiplicando-se a quantidade de cotas pelo valor da cota atualizada. A valorização ou a desvalorização apurada é apropriada na contabilidade da Entidade mensalmente.

O valor de mercado das quotas de fundos de investimento financeiro é apurado com base nos valores das cotas divulgados pelos administradores dos fundos.

- Operações com Participantes

Referem a operações de empréstimos a participantes, e seus saldos incluem principal e juros até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis.

g) Exigível Operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestações de serviços por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais.

h) Exigível Contingencial

São decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normais dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais.

Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor, e são classificados como:

- Prováveis: para os quais são constituídas provisões;
- Possíveis: somente são divulgados em notas explicativas, sem que sejam registrados;
- Remotas: não requerem provisão e divulgação nas demonstrações contábeis.

4. Disponível

Registra as disponibilidades existentes em bancos, reconhecidas por seus valores em moeda nacional.

	2017	2016
Banco Santander S.A.	19	13
Western Asset Management Company DTVM Ltda.	4	2.067
	23	2.080

5. Realizável - Gestão Previdencial

Referem-se a valores de contribuições previdenciais normais e extraordinárias mensais devidas pelos patrocinadores, participantes, autopatrocinados.

	2017	2016
Autopatrocinados	30	36



6. Realizável - Gestão Administrativa

Registra os valores a receber relativos à gestão administrativa.

	2017	2016
Contribuições para custeio (a)	3	4
Outros recursos a receber (b)	25	-
Despesas antecipadas (c)	3	3
Tributos a compensar (d)	-	3
	31	10

a) Contribuições para Custeio

Referem-se a valores a receber relativos às contribuições para o custeio administrativo devidas pelos patrocinadores, autopatrocinados e participantes em BPD.

	2017	2016
Autopatrocinados	3	4

b) Outros Recursos a Receber

Referem-se a valores a receber relativos às contribuições para o custeio administrativo devidas pelos patrocinadores, autopatrocinados e participantes em BPD.

	2017	2016
Transferência de recursos do plano para o PG	25	-

c) Despesas Antecipadas

Referem-se a pagamento de despesas antecipadas que serão alocadas no resultado nos meses subsequentes.

	2017	2016
Impostos, Taxas e Contribuições	3	3

d) Tributos a Compensar

Refere-se ao direito da Entidade de restituição de impostos junto à Receita Federal do Brasil - RFB decorrente de recolhimento indevido / a maior.

	2017	2016
Imposto de Renda	-	3

7. Realizável - Investimentos

	2017	2016
Títulos Públicos (a)	81.661	80.335
Notas do Tesouro Nacional	81.661	80.335
Fundos de Investimento (b)	253.748	215.314
Referenciado	-	6.248
Renda Fixa	207.801	175.764
Ações	8.197	5.619
Multimercado	34.136	26.154
Exterior	3.614	1.529
Empréstimos e Financiamentos (c)	14.837	11.392
Empréstimos ¹	14.837	11.392
	350.246	307.041

(1) A PrevIP possui empréstimos, mas não possui valores vencidos passíveis de constituição de provisão.

Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 4/2002, a Entidade classificou parte de sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria “Títulos para Negociação”, com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo com relação da data de aquisição, os quais são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício.

A outra parte dos ativos foi classificada na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”, no qual, através de estudo específico, a Entidade atesta que o Plano de Benefício possui capacidade financeira para manutenção dos títulos públicos federais até os respectivos vencimentos, sem comprometimento de sua liquidez, tendo em vista que o título será remunerado à taxa prefixada no momento de sua aquisição.

a) Títulos Públicos

Descrição	Vencimento	31/12/2017		31/12/2016	
		Valor de Custo	Valor Contábil	Valor de Custo	Valor Contábil
Títulos Públicos Federais (*)		55.065	81.661	55.772	80.335
Notas do Tesouro Nacional		55.065	81.661	55.772	80.335
Notas do Tesouro Nacional	15/05/2017	-	-	707	840
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2018	504	636	504	619
Notas do Tesouro Nacional	15/05/2019	1.040	1.278	1.040	1.243
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2020	1.900	2.407	1.900	2.339
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2022	666	844	666	821
Notas do Tesouro Nacional	15/05/2023	1.352	1.664	1.352	1.618
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2024	7.514	9.524	7.514	9.259
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2030	18.406	28.604	18.406	27.856
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2040	17.136	26.556	17.136	25.859
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2050	6.547	10.148	6.547	9.881

(*) Todos os títulos e valores mobiliários demonstrados acima são classificados na categoria mantidos até o vencimento

Os títulos públicos estão registrados e custodiados em conta própria no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. Os serviços de administração e gestão da carteira própria e custódia das cotas dos fundos de investimentos são prestados pelo BRAM – Bradesco Asset Management e Western Asset Management Company DTVM Ltda.

b) Fundos de Investimentos

	31/12/2017	31/12/2017
Descrição	Valor Contábil	Valor Contábil
Fundos de Investimentos	253.748	215.314
Referenciado	-	6.248
BRAM Fundo de Investimento DI FED II	-	6.248
Renda Fixa	207.801	175.764
Bradesco Fundo de Investimento RF IMA Geral	38.429	31.747
BRAM Fundo de Investimento DI FED II	989	-
BRAM Fundo de Investimento RF TARGET	52.559	47.513
BRAM Inst FI RF IRFM	1.845	2.420
Western Asset Sovereign IV Selic RF Referenciado Fundo de Investimento	28.790	28.275
Western Asset Prev Inflação Implícita Fundo de Investimento RF	1.285	1.175
Western Asset Prev Fix Target RF Fundo de Investimento	8.437	1.864
Western Asset Prev Credit RF Fundo de investimento CP	44.349	36.730
Western Asset Prev Invest RF CP Fundo de Investimento	1.094	825
Western Asset Prev Fix Fundo de Investimento RF CP	13.929	9.883
Western Asset Prev Inflation Total RF Fundo de Investimento	8.788	6.598
Western Asset Prev Structured Credit Fundo de Investimento RF CP	2.506	2.414
Western Asset Prev Infla Limited RF Fundo de Investimento	753	446
Western Asset Prev Infla Plus RF Fundo de Investimento	1.078	756
Western Asset Prev Infla II RF Fundo de Investimento	927	4.306
095 Fundo de Investimento RF CP	495	565
101 Fundo de Investimento RF CP	209	184
107 Fundo de Investimento RF CP	102	63
111 Fundo de Investimento RF CP	187	-
112 Fundo de Investimento RF CP	392	-
113 Fundo de Investimento RF CP	199	-
115 Fundo de Investimento RF CP	459	-
Ações	8.197	5.619
Bradesco Fundo de Investimento em Ações Institucional Ibrx	2.718	2.736
Bradesco Global Fundo de Investimento em Ações Investimento Exterior	215	-
Bram Dividendos Fundo de Investimento em Ações	736	-
Western Asset Prev Ibrx Ativo Ações Fundo de Investimento	4.529	2.883
Multimercado	34.136	26.154
Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Plus	34.136	26.154
Exterior	3.614	1.529
Bradesco Fundo de Investimento em Ações BDR Nivel I	2.095	718
Western Fundo de Investimento em Ações BDR Nivel I	1.519	811

c) Empréstimos e Financiamentos

A PrevIP concede empréstimos aos seus participantes mediante a utilização de recursos garantidores das reservas técnicas da Entidade, conforme previsto no regulamento do programa de empréstimos.

Os valores empréstimos da Entidade em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos	14.837	11.392

8. Exigível Operacional - Gestão Previdencial

Registra os valores a pagar relativos à gestão previdencial.

	2017	2016
Benefícios a Pagar (a)	7	-
Outras Exigibilidades (b)	26	-
	33	-

a) Benefícios a Pagar

Referem-se aos benefícios a pagar referente a participantes já desligados da patrocinadora.

	2017	2016
Resgates	7	-

b) Outras Exigibilidades

Referem-se a outras exigibilidades da gestão previdencial.

	2017	2016
Reversão de Recursos para o PGA ¹	26	-

(1) Registra valor de transferências de recursos entre Plano e PGA a serem realizadas.

9. Exigível Operacional - Gestão Administrativa

Registra os valores a pagar relativos à gestão administrativa.

	2017	2016
Contas a Pagar (a)	181	188
Retenções a Recolher (b)	2	3
Tributos a Recolher (c)	8	10
	191	201

a) Contas a Pagar

Referem-se às contas a pagar relacionadas a prestadores de serviços.

	2017	2016
Gestores de Investimentos	43	44
Outras Taxas de Gestão	7	6
Consultorias	-	66
Auditorias	52	58
Informática	-	14
Fornecedores	79	-
	181	188

b) Retenções a Recolher

Referem-se aos impostos a recolher incidentes sobre prestadores de serviços.

	2017	2016
Imposto de Renda sobre Prestadores de Serviços	1	2
Pis/Cofins/Csll sobre Prestadores de Serviços	1	1
	<u>2</u>	<u>3</u>

c) Tributos a Recolher

Referem-se aos tributos a pagar relacionados à gestão administrativa da Entidade.

	2017	2016
PIS/COFINS a recolher	8	10

10. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios correspondem ao valor presente dos compromissos futuros líquidos do plano, para o pagamento dos benefícios previstos no regulamento:

- **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos** – representam os compromissos futuros do Plano com as reservas dos benefícios já concedidos para os participantes já aposentados e pensionistas.
- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder** – representam os compromissos futuros do Plano com os benefícios dos participantes ativos.

As estimativas das provisões matemáticas relacionadas ao benefício definido são calculadas de acordo com as premissas apresentadas anualmente no parecer atuarial da Entidade. A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício de 2017 pode ser resumida como segue:

b) Fundos de Investimentos

Descrição	01/01/2017	Varição	31/12/2017
Provisões Matemáticas	292.290	41.673	333.963
Benefícios Concedidos	97.548	11.716	109.264
Contribuição Definida	28.810	8.969	37.779
Saldo de Conta dos Assistidos	28.810	8.969	37.779
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	68.738	2.747	71.485
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	65.266	2.647	67.913
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	3.472	100	3.572
Benefícios a Conceder	194.742	29.957	224.699
Contribuição Definida	185.360	29.053	214.413
Saldo de Contas – Parcela Patrocinadores/Instituidores	81.976	12.062	94.038
Saldo de Contas – Parcela Participantes	103.384	16.991	120.375
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	9.382	904	10.286
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados	9.382	904	10.286

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2016, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos). O aumento nas provisões matemáticas na avaliação atuarial de 2017 se deve à alteração na taxa de juros.

Conforme Portaria nº 375 de 17/04/2017, o intervalo permitido considerando a duração do passivo em 31 de dezembro de 2016 de 10,63 anos é de 4,38% a.a. a 6,66% a.a. Com base no resultado do estudo supracitado e no intervalo previsto pela legislação, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a alteração da taxa real anual de juros de 5,50% a.a. para 5,12% a.a. Destacamos que a taxa real anual de juros de 5,12% a.a. atende ao disposto na legislação para avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2017.

A alteração da taxa real de juros mencionada acima acarretou em um aumento na ordem de 3,8% (ou aproximadamente R\$ 3 milhões, em termos nominais) nas provisões matemáticas totais de benefício definido.

Com exceção da taxa de juros real, informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses atuariais e econômicas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício de 2016.

11. Equilíbrio Técnico

- **Superávit Técnico Acumulado** - conforme legislação vigente registra o excedente patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios e é alocado em reserva de contingência até o limite definido na legislação, e o valor excedente a este limite é registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício.

- **Déficit Técnico Acumulado** - registra a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios.

A variação do equilíbrio técnico durante o exercício de 2017 pode ser resumida como segue:

Descrição	01/01/2017	Variação	31/12/2017
Equilíbrio Técnico	15.934	(960)	14.974
Superávit Técnico Acumulado	15.934	(960)	14.974
Reserva de Contingência	15.934	(960)	14.974

O superávit apresentado em 31/12/2017 foi apurado a partir da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2016, originado, principalmente, da rentabilidade histórica do Plano (origem conjuntural).

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26/2008, considerando a seguinte fórmula: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$, limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática. Esclarecemos que a duração do passivo considerada nesta fórmula foi de 10,62 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2017.

O superávit apresentado em 31/12/2017 foi apurado a partir da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2016, originado, principalmente, da rentabilidade histórica do Plano (origem conjuntural).

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26/2008, considerando a seguinte fórmula: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$, limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática. Esclarecemos que a duração do passivo considerada nesta fórmula foi de 10,62 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2017.

• Ajuste de Precificação

Conforme disposto na Resolução CNPC nº 16/2014, nas situações de equacionamento de déficit e destinação de superávit é obrigatório o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação.

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondente à diferença entre o valor de tais títulos calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

O cálculo do ajuste de precificação para o Plano de Benefício Definido em 31/12/2017 foi positivo, de valor igual a R\$ 2.703 (Em 2016 foi positivo no valor de R\$ 2.836). Importante destacar que o ajuste de precificação tem que atender três critérios determinados pela PREVIC, e caso não haja cumprimento de um ou mais critérios é necessário haver a exclusão de títulos, no caso da PreviP, para atender os requisitos, os títulos com vencimento em 2050 não foram contemplados no cálculo.

Considerando que em 31 de dezembro de 2017 não houve equacionamento de déficit ou destinação de superávit, o ajuste de precificação não é aplicável para esse exercício.

A seguir demonstramos a abertura de todos os títulos que foram considerados no cálculo do ajuste do exercício de 2017.



Títulos Públicos Federais	Taxa de Aquisição % a.a.	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor Ajustado
			22.934	67.517	70.219	2.703
NTN-B	6,05	15/08/2018	205	636	638	2
NTN-B	6,11	15/05/2019	418	1.278	1.287	10
NTN-B	6,20	15/08/2020	779	2.407	2.445	39
NTN-B	6,21	15/05/2022	274	832	854	22
NTN-B	6,23	15/05/2023	549	1.664	1.718	54
NTN-B	6,24	15/08/2024	3.104	9.524	9.893	369
NTN-B	5,97	15/08/2030	1.570	4.892	5.090	197
NTN-B	5,97	15/08/2030	6.800	21.190	22.044	854
NTN-B	5,61	15/08/2030	785	2.522	2.545	23
NTN-B	5,91	15/08/2040	8.450	22.572	23.705	1.133

12. Fundos Previdenciais

• Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar

Constituído pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento. Esse Fundo tem por finalidade maximizar a segurança dos benefícios previstos no Plano, podendo ser utilizado pelas patrocinadoras para financiar as contribuições, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

	2017	2016
Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	565	268

13. Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é correspondente a diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescida do retorno dos investimentos.

	2017	2016
Fundo Administrativo	604	474

14. Hipóteses e Métodos Atuariais

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do Patrimônio Social são as seguintes:

Hipóteses Atuariais	2017	2016
Taxa real anual de juros (1)	5,12% a.a.	5,5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário (1) (2)	Não Aplicável	Não Aplicável
Projeção de crescimento real de salário de benefício do INSS (1)	Não Aplicável	Não Aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (1)	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	Não Aplicável	Não Aplicável
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98	0,98
Tábua de mortalidade geral (3)	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Hipótese sobre rotatividade (4)	Não Aplicável	Não Aplicável
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Não Aplicável	Não Aplicável
Entrada em Aposentadoria	100% na primeira data de elegibilidade ao benefício	100% na primeira data de elegibilidade ao benefício

(1) O indexador utilizado é a rentabilidade das cotas do patrimônio. Entretanto, para os participantes assistidos que permaneceram recebendo um benefício de renda vitalícia o indexador é o INPC do IBGE.

(2) As hipóteses de crescimento salarial e de fator de determinação do valor real do salário ao longo do tempo não se aplicam na apuração das Provisões Matemáticas do Plano. Entretanto, para fins de acompanhamento do nível de benefício esperado do Plano, são utilizados 1,50% a.a. e 0,98, respectivamente.

(3) Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo.

(4) As hipóteses de rotatividade e entrada em invalidez não são aplicáveis na apuração dos compromissos do Plano em função de o compromisso relativo aos benefícios a conceder dos participantes ativos e autopatrocinados estar estruturado na modalidade de contribuição definida.

A alteração da taxa real de juros mencionada acima acarretou em um aumento na ordem de 3,8%, conforme já mencionado na nota nº 10, nas provisões matemáticas totais de benefício definido.

15. Rentabilidade no Exercício

A PrevIP possui seus investimentos em quatro perfis denominados “Superconservador”, “Conservador”, “Moderado” e “Agressivo” permitindo a opção conforme o nível de tolerância a risco de cada um dos seus participantes. Em 31 de dezembro de 2017, a rentabilidade de cada perfil apresenta o seguinte resultado:

Perfil	Valor da quota final 2017 (ativo líquido contábil dividido pelo total de quotas)	Rentabilidade Exercício 2017 (%)	Rentabilidade Exercício 2016 (%)
Superconservador	28,30868583	10,89	14,87
Conservador	27,43040573	13,08	18,13
Moderado	26,62988422	14,47	19,60
Agressivo	24,62813032	16,22	18,76

16. Apresentação dos Efeitos da Consolidação

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009 e alterações posteriores. O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017:

	2017	2016
Ativo	609	480
Participação no Plano de Gestão Administrativa	604	474
Plano de Benefícios PrevIP	604	474
Transferência entre perfis	5	6
Plano de Benefícios PrevIP	5	6

	2017	2016
Passivo	(609)	(480)
Participação no Fundo Administrativa do PGA	(604)	(474)
Plano de Benefícios PrevIP	(604)	(474)
Transferência entre perfis	(5)	(6)
Plano de Benefícios PrevIP	(5)	(6)

17. Recolhimento de Tributos

• Imposto de Renda

A Lei nº. 11.053, de 29 de dezembro de 2004, criou um novo regime de tributação, facultando aos participantes de planos de EFPC estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, optarem para que os valores que lhes sejam pagos a título de resgate ou benefícios de renda, sejam tributados no imposto de renda na fonte:

- i. por uma nova tabela regressiva, que varia entre 35% a 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios, ou
- ii. por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

Essa lei também revogou a MP nº. 2.222 de 4 de setembro de 2001, dispensando a partir de 1º de janeiro de 2005 a retenção e recolhimento do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das entidades fechadas de previdência complementar.

- **PIS e COFINS**

Devem ser recolhidos mensalmente e são calculados pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de benefícios e da parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas) conforme Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.285, de 13 de agosto de 2012 e alterações posteriores.

- **TAFIC – Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar**

Conforme lei nº 12.154 de 23 de dezembro de e a Instrução Normativa PREVIC nº 1 de 13 de abril de 2010 as entidades fechadas de previdência complementar devem recolher nos meses de janeiro, maio e setembro de cada exercício a TAFIC. O valor da TAFIC é calculado por plano de benefícios, utilizando-se o valor dos recursos garantidores de cada plano e o enquadramento na tabela constante do Anexo V da lei supracitada.

18. Gestão de Riscos e Monitoramento dos Controles Internos

De acordo com a Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004 a PrevIP adota princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por ela operados, de modo a assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos.

Para atender aos seus compromissos de pagamentos de benefícios a PrevIP gerencia de forma adequada os seus investimentos, além da revisão anual da política de investimentos, e considera a totalidade de riscos a que está exposta em suas diversas classes de ativos, em conformidade com as normas em vigor, com destaque para a Resolução CGPC nº13.

A Entidade realiza periodicamente a identificação, avaliação, controle e monitoramento dos riscos considerando diversos conceitos e parâmetros:

- **Risco de mercado:** o impacto das variações de preços negociados no mercado financeiro;
- **Risco de crédito:** os riscos provenientes do não pagamento de obrigações assumidas por contrapartes;
- **Risco de liquidez:** decorrentes de não disponibilidade de recursos;
- **Risco de solvência:** o risco de ocorrência de déficits futuros;
- **Risco atuarial:** não constituição de recursos garantidores compatíveis com os compromissos atuariais;
- **Risco operacional:** perdas decorrentes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos;
- **Risco legal:** ações legais.

19. Transações com Partes Relacionadas

As Partes Relacionadas da PrevIP podem ser assim consideradas:

- Participantes ativos que optam por aderir ao plano;
- Participantes assistidos em gozo de benefício;
- Patrocinadoras, cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convenio de Adesão para oferecimento dos planos de benefícios para os empregados e Dirigentes;
- Membros do Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no estatuto, e não prevê remuneração à estes membros.
- Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade não manteve transações com partes relacionadas, além das operações já divulgadas anteriormente (contribuições de participantes e patrocinadoras e pagamentos de benefícios).

20. Fatos Relevantes



- **Instrução Previc nº 6, de 29 de maio de 2017**

Estabelece procedimentos para certificação e habilitação de dirigentes das entidades fechadas de previdência complementar.

- **Instrução Previc nº 5, de 29 de maio de 2017**

Dispõe sobre o enquadramento das entidades fechadas de previdência complementar como Entidades Sistemicamente Importantes (ESI) e dá outras providências.

- **Instrução Previc nº 10, de 27 de setembro de 2017**

Define as obrigações das EFPC relativas ao envio de documentos e informações atuariais à Previc.

- **Instrução Previc nº 15, de 8 de dezembro de 2017**

Dispõe sobre medidas prudenciais preventivas destinadas a assegurar a solidez, a estabilidade e o regular funcionamento do Regime de Previdência Complementar operado por Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

- **Instrução Previc nº 16, de 11 de dezembro de 2017**

Estabelece procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para a elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit.

Luis Fernando da Silva
Diretor Superintendente
CPF: 096.895.958-06

João Batista Borges Martins
CPF: 297.369.238-51
CRC: 1SP256.001/O-2

PARECERES

Parecer Atuarial

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano PrevIP, administrado pela PrevIP - Sociedade de Previdência Complementar, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano em 31 de dezembro de 2017.

Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros (1)	5,12% a.a.
Projeção de crescimento real de salário (1) (2)	Não Aplicável
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS (1)	Não Aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (1)	0,0% a.a.
Fator de capacidade para os salários	Não Aplicável
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Tábua de mortalidade geral (3)	AT-2000 Basic
Hipótese sobre rotatividade (4)	Não Aplicável
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Não Aplicável
Entrada em Aposentadoria	100% na 1ª data de elegibilidade ao benefício
Outras hipóteses biométricas utilizadas	Não Aplicável

(1) O indexador utilizado é a rentabilidade das cotas do patrimônio. Entretanto, para os participantes assistidos que permaneceram recebendo um benefício de renda vitalícia o indexador é o INPC do IBGE.

(2) As hipóteses de crescimento salarial e de fator de determinação do valor real do salário ao longo do tempo não se aplicam na apuração das Provisões Matemáticas do Plano. Entretanto, para fins de acompanhamento do nível de benefício esperado do Plano, são utilizados 1,50% a.a. e 0,98, respectivamente.

(3) Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo.

(4) As hipóteses de rotatividade e entrada em invalidez não são aplicáveis na apuração dos compromissos do Plano em função de o compromisso relativo aos benefícios a conceder dos participantes ativos e autopatrocinados estar estruturado na modalidade de contribuição definida.

Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na mortalidade e na taxa real anual de juros, por se tratar de um plano na modalidade de contribuição variável, no qual os benefícios afetados pelas hipóteses adotadas são a renda mensal vitalícia.

De acordo com o previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais aplicáveis ao Plano PrevIP encontram-se arquivadas na PrevIP - Sociedade de Previdência Complementar à disposição dos Participantes, dos Assistidos, das Patrocinadoras e da PREVIC.

Adicionalmente ressalta-se que a taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, empresa contratada pela Entidade para elaboração dos estudos de ALM, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram para a taxa máxima de retorno real projetada de longo prazo, dos recursos garantidores do Plano PrevIP, de 5,12% a.a..

Conforme Portaria nº 375 de 17/04/2017, o intervalo permitido considerando a duração do passivo em 31 de dezembro de 2016 de 10,63 anos é de 4,38% a.a. a 6,66% a.a.. Com base no resultado do estudo supracitado e no intervalo previsto pela legislação, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a alteração da taxa real anual de juros de 5,50% a.a. para 5,12% a.a..

Destacamos que a taxa real anual de juros de 5,12% a.a. atende ao disposto na legislação para avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2017. A alteração da taxa real de juros mencionada acima acarretou em um aumento na ordem de 3,8% (ou aproximadamente R\$ 3 milhões, em termos nominais) nas provisões matemáticas totais de benefício definido.

Com exceção da taxa de juros real, informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses atuariais e econômicas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício de 2016.

Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado foi o de Capitalização Individual para a avaliação de todos os benefícios do Plano PrevIP, exceto os benefícios de renda mensal vitalícia, que foram avaliados pelo método Agregado. Informamos que não ocorreu alteração no método atuarial utilizado na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano PrevIP.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela PrevIP, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2017 é a apresentada no quadro a seguir. O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais e Administrativos fornecidos pela PrevIP posicionados em 31/12/2017.

Conta	Nome	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	350.106.289,16
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	348.936.904,85
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	333.962.477,32
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	109.263.662,75
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	37.778.134,75
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	37.778.134,75
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	71.485.528,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	67.913.621,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	3.571.907,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	224.698.814,57
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	214.412.594,57
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	94.037.451,88
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	120.375.142,69
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	10.286.220,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	10.286.220,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	-
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	-
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado - Total	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es) - Total	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes - Total	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos - Total	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	14.974.427,53
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	14.974.427,53
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	14.974.427,53
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	14.974.427,53
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	1.169.384,31
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	565.779,96
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	565.779,96
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	603.604,35
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano PrevIP vigente em 31 de dezembro de 2017, Plano este que se encontra em manutenção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto no resultado do Plano PrevIP no exercício de 2017.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

- a)** No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- b)** A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- c)** As provisões referentes a futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela PrevIP.

Em atendimento ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, informamos que o Plano PrevIP mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento” e que foram efetuados estudos pela Mercer que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

Variação nas Provisões Matemáticas

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2016, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos). O aumento nas provisões matemáticas na avaliação atuarial de 2017 se deve à alteração na taxa de juros.

Variação do Resultado

A situação superavitária do Plano foi mantida, porém em patamar inferior ao resultado obtido em 2016, em função do aumento nas provisões matemáticas, conforme explicado anteriormente neste parecer.

Natureza do Resultado

O superávit apresentado em 31/12/2017 foi apurado a partir da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2016, originado, principalmente, da rentabilidade histórica do Plano (origem conjuntural).

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26/2008, considerando a seguinte fórmula: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$, limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática. Esclarecemos que a duração do passivo considerada nesta fórmula foi de 10,62 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2017.

Constituição e Reversão de Fundos Previdenciais

Esclarecemos que, de acordo com o artigo 6.6 do Regulamento do Plano PrevIP, o Fundo Previdencial - Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar foi constituído com as contribuições das Patrocinadoras, às quais os Participantes não tiveram direito por terem se desligado das Patrocinadoras antes de se tornarem elegíveis aos benefícios. Este fundo poderá ser utilizado pelas Patrocinadoras para financiar contribuições devidas no exercício de 2018, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, conforme previsto no Regulamento, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

Plano de Custeio e Contribuições para o Exercício de 2017

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano PrevIP com base nos seguintes níveis:

Patrocinadoras

As Patrocinadoras deverão efetuar contribuições de acordo com os itens 7.2.1 e 7.2.4 do Regulamento do Plano:

As contribuições totais das Patrocinadoras equivalem à taxa média estimada em 3,90% da folha de salário de participação, ou R\$ 9.891.199 em moeda de 31/12/2017, tendo como base a contribuição e folha salarial da data da avaliação. As Patrocinadoras poderão utilizar o Fundo Administrativo para cobertura parcial da despesa administrativa.

O Fundo Previdencial - Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar poderá ser utilizado pelas Patrocinadoras para financiar contribuições devidas no exercício de 2018, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, conforme previsto no Regulamento, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

Participantes Ativos

Os Participantes ativos deverão efetuar contribuições de acordo com o item 7.1.1 do Regulamento do Plano, equivalente à taxa média estimada em 2,72% do salário, ou R\$ 6.957.786, em moeda de 31/12/2017, tendo como base a contribuição e folha salarial da data da avaliação.

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pelas Patrocinadoras, caso não tivesse ocorrido o término do vínculo empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios, acrescidas da taxa de administração correspondente a 10% do valor total de contribuições mensais realizadas em seu nome e em nome das Patrocinadoras, incluindo as contribuições voluntárias, com um valor mínimo mensal equivalente a 8,85% da Unidade Previdenciária (UP).

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

O Participante que tenha se desligado do Plano com menos de 50 pontos (idade + serviço) e tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD), assumirá o custeio das despesas administrativas decorrentes de sua manutenção. O valor da taxa administrativa do Participante Vinculado será equivalente a 8,85% da Unidade Previdenciária (UP).

Vigência do Plano de Custeio

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de março de 2018.

Conclusão

Certificamos que o Plano PrevIP está superavitário em 31/12/2017. O valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, conforme limite estabelecido na legislação vigente.

Silvio Lopes da Silva Junior
MIBA nº 1.103

Jaqueline Betônio
MIBA nº 2.535



Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores da PrevIP - Sociedade de Previdência Complementar - Mogi Guaçu, SP.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PrevIP – Sociedade Entidade de Previdência Complementar (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PrevIP – Sociedade Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2018
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769-O-0

Parecer do Conselho Fiscal

Conforme Ata de Reunião Ordinária realizada em 28 de Março do ano de 2018, às 11:00 horas, arquivada no livro de atas do Conselho Fiscal na entidade, os membros do Conselho Fiscal da Previp – Sociedade de Previdência Complementar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias deliberaram consignar parecer favorável às Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas pela Diretoria Executiva da Entidade, as quais foram devidamente apreciadas pelos Auditores Independentes da KPMG. Os documentos objeto das deliberações foram enviados ao órgão regulador (PREVIC) conforme estabelece a legislação e permanecerão arquivados na entidade.

Parecer do Conselho Deliberativo

Conforme Ata de Reunião Ordinária realizada em 28 de março do ano de 2018, às 15:00 horas, arquivada no livro de atas do Conselho Deliberativo na entidade, os membros do Conselho Deliberativo da Previp – Sociedade de Previdência Complementar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias discutiram e deliberaram sobre os seguintes itens:

a) resultados obtidos em Avaliação Atuarial do Plano de Aposentadoria (Plano Previp) administrado pela Entidade, em 31 de dezembro de 2017, e plano de custeio para o exercício de 2018;

b) Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, compostas de Balanço Patrimonial (Consolidado), Demonstrações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstr o da Muta o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstr o do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, Demonstr o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT e respectivas Notas Explicativas.

Baseado nos pareceres da Consultoria Atuarial Mercer Human Resource Consulting Ltda, dos Auditores Independentes da KPMG e do Conselho Fiscal da Entidade, o Conselho Deliberativo deliberou, por unanimidade, após detalhado exame, aprovar os documentos mencionados nos itens “a” e “b”, sem restrições, os quais foram enviados ao órgão regulador (PREVIC) conforme estabelece a legislação e permanecerão arquivados na entidade.





**CONSELHO
DELIBERATIVO**

Armando Santiago
Rodrigo Davoli
Márcio Bertoldo

**CONSELHO
FISCAL**

Denis Teixeira
Ana Ribeiro Silva
Luciana Huneke

DIRETORIA EXECUTIVA

Luis Fernando da Silva
Antônio Salomon Neto
Leandro Leme
Mônica Melo
Selma Esteves

ADMINISTRAÇÃO

Ana Tasca
Rita Lucas
Claudinei Oliveira